

UCRÂNIA PÓS-CONFLITO: OPORTUNIDADES PARA O BRASIL POR MEIO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS EM MISSÕES “GUARDIÃO NUCLEAR” DE PAZ DA ONU

Por Carlos A. Klomfahs*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

A cultura militar e a doutrina de Operações Especiais do Brasil podem otimizar missões de estabilização, protegendo civis e infraestruturas nucleares, propondo uma possível liderança brasileira na Ucrânia pós-conflito.

Este artigo tem como ponto de partida a disciplina “Introdução à Engenharia Nuclear” realizada no Instituto Militar de Engenharia do Exército Brasileiro, e investiga como a cultura militar brasileira e sua doutrina de Operações Especiais podem impactar a eficácia de missões futuras de estabilização, com foco em dimensões como proteção de civis (PoC, *Protection of Civilians*) no entorno de infraestruturas críticas (usina nuclear) integradas às proteções *safety* e *security*, em eventual Missão Política Especial na Ucrânia sob a responsabilidade do Brasil e sob consentimento da Rússia.

O estudo preenche lacunas ao: 1) Analisar operações especiais em contextos de paz — tema pouco explorado no Brasil, contrastando com a literatura tradicional (EUA/OTAN); 2) Adotar uma abordagem *ex ante* (preditiva), inovadora frente a análises *ex post* predominantes; 3) Posicionar o Brasil como ator estratégico no âmbito dos BRICS, não apenas participante, ampliando debates geopolíticos e de segurança global.

Contribuições Teóricas e Práticas: Integração única: Combina táticas militares (Operações Especiais) com estudos de paz (diplomacia militar), propondo um modelo híbrido.

Descolonização do debate: Destaque para o Sul Global (ex.: atuação na Ucrânia, Haiti e África via BRICS).

Aplicabilidade: Antecipa desafios para missões futuras, subsidiando políticas de defesa e cooperação internacional.

Metodologia e Escopo: Aborda operações da ONU e iniciativas híbridas (ex.: cooperação BRICS-África), utilizando lições aprendidas (MINUSTAH) para projeções. Conclui-se que a doutrina brasileira, marcada por flexibilidade e engajamento comunitário, oferece alternativas críticas aos modelos ocidentais, podendo ostentar legitimidade para liderar uma eventual operação de paz na Ucrânia.

Como ponto de partida, destacamos que um dos motivos que levou a Federação Russa a intervir na Ucrânia, segundo discurso do Presidente Vladimir Vladimirovich Putin¹, foi a defesa de populações russas que são minorias nos antigos Estados da ex-URSS, como no Donbass, como antes ocorrera na Criméia e em Sebastopol, neste contexto, de acordo com o Artigo 51 (Capítulo VII) da Carta da ONU. Com a permissão do Conselho da Federação da Rússia e em execução dos tratados de amizade e assistência mútua com a República Popular de Donetsk e a República Popular de Lugansk, ratificados pela Assembleia Federal em 22 de fevereiro de 2022, iniciou-se a operação militar especial.

O objetivo daquela operação era cumprir a responsabilidade em proteger a população russa que, havia mais de oito anos, enfrentava a humilhação e o genocídio perpetrados pelo regime de Kiev; para tanto, buscou Moscou desmilitarizar e desnazificar a Ucrânia, bem como levar a julgamento aqueles que perpetraram inúmeros crimes sangrentos contra civis, inclusive contra cidadãos da Federação Russa.

A oportunidade de o Brasil contribuir com a estabilização em um cenário pós-conflito na Ucrânia tem como fundamento a experiência em campo de 13 anos no Haiti com a Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), e no Decreto nº 4.379/2002² aprovado pelo Congresso Nacional “Tratado sobre as Relações de Parceria entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia”, em seu artigo III:

“1. As Partes ampliarão e aprofundarão sua cooperação no âmbito da Organização das Nações Unidas, visando à sua maior eficiência e adaptação às novas realidades mundiais e a fortalecer o papel por ela desempenhado na criação de condições propícias à convivência pacífica dos povos, e de garantias de estabilidade e segurança dos Estados.”

Castro e Marques na obra *Missão Haiti: a Visão dos Force Commanders* (2019) registra a opinião dos generais que comandaram as tropas brasileiras durante os 13 anos de missão, estabelecida em 30 de abril de 2004 pela Resolução nº 1.542 da ONU, no qual o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira (junho 2004/agosto 2005) registra o envio de 23 contingentes com aproximadamente 23 mil militares.

¹ <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843>

² https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4379.htm

Prefaciando a obra *Missão Haiti: 7 Lições de Liderança* (2019) do coronel Ricardo Bezerra, o general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, comandante do Exército entre 2014-2018, destacou as relações cordiais construídas com a população do Haiti e o espírito cavalheiresco dos soldados brasileiros naquele ambiente complexo.

Portanto, uma operação de paz na Ucrânia após o fim do conflito não deveria ser cogitado por meio de países que não ostentem prestígio e confiança da ONU, da Ucrânia e da Federação Russa. O Brasil, com seu histórico diplomático desde Alexandre de Gusmão (fronteiras com a Espanha) ao Barão do Rio Branco (entre 1902-1912 negociou com 10 países fronteiriços), e com Argentina e Chile (Potências ABC) mediando o conflito entre EUA e o México sobre Veracruz e Tampico, na diplomacia militar, como nas questões da Guerra do Chaco em 1928 entre a Bolívia e o Paraguai, e em 1932 entre Peru e Colômbia na disputa pela cidade de Letícia, e ainda no começo da década de 1980, quando o Brasil propõe, na Assembleia Geral da ONU, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, desmilitarizando definitivamente a região do Atlântico Sul, fatos que em conjunto avultam a plausibilidade do país para contribuir com militares especializados como do Comando de Operações Especiais, com sua expertise em DQBRN (Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear) para fins de mapear e proteger os civis do entorno de infraestruturas críticas como da usina nuclear ucraniana.

Isto posto, Andrade *et al*³ (2019, p. 9 e seguintes) explica que as missões de paz da ONU tem por objetivo assegurar o cumprimento do artigo 1º da Carta da ONU em “manter a paz e a segurança internacionais”, e tem fundamento no Capítulo VI e VII e artigo 33 da Carta das Nações, são divididas em *peacemaking* (paz pela via diplomática), *peacekeeping* (manutenção de paz com tropas) *peace enforcement* (imposição da paz) e *peacebuilding* (aborda causas estruturais das guerras com pessoal militar e civil no pós conflito).

O Brasil vem participando no interregno de 1948 a 2017 nas 71 operações totais já implementadas pela ONU, com mais de 46 operações, ou 65% do total⁴, não só em operações militares *strictu sensu* como em esforços humanitários como distribuição de alimentos e medicamentos, policiais, eleitorais, equipes médicas, etc.

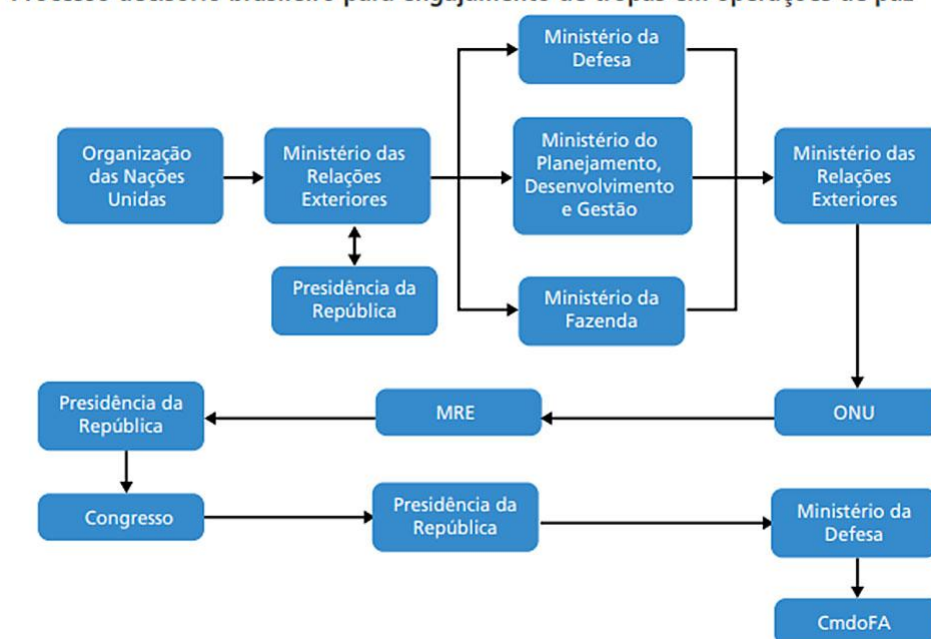
Portanto, a experiência acumulada em várias áreas do ponto de vista tático, operacional e estratégico, bem como diplomático, direito internacional humanitário e relações internacionais, não pode ser desprezada e se revela um importante acúmulo de capital político para liderar no âmbito dos BRICS e garantir legitimidade e confiança da Federação Russa, em uma eventual operação de paz na Ucrânia no pós-conflito.

Os órgãos envolvidos vão desde uma Missão Permanente na ONU ao Ministério das Relações Exteriores, Presidência da República, Ministério da Defesa, oficiais de cada uma das Forças e Congresso Nacional, cujo processo decisório é assim organizado:

³ A Participação do Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas: Evolução, Desafios e Oportunidades. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8939/1/td_2442.pdf

⁴ Vide mais em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onu

Processo decisório brasileiro para engajamento de tropas em operações de paz



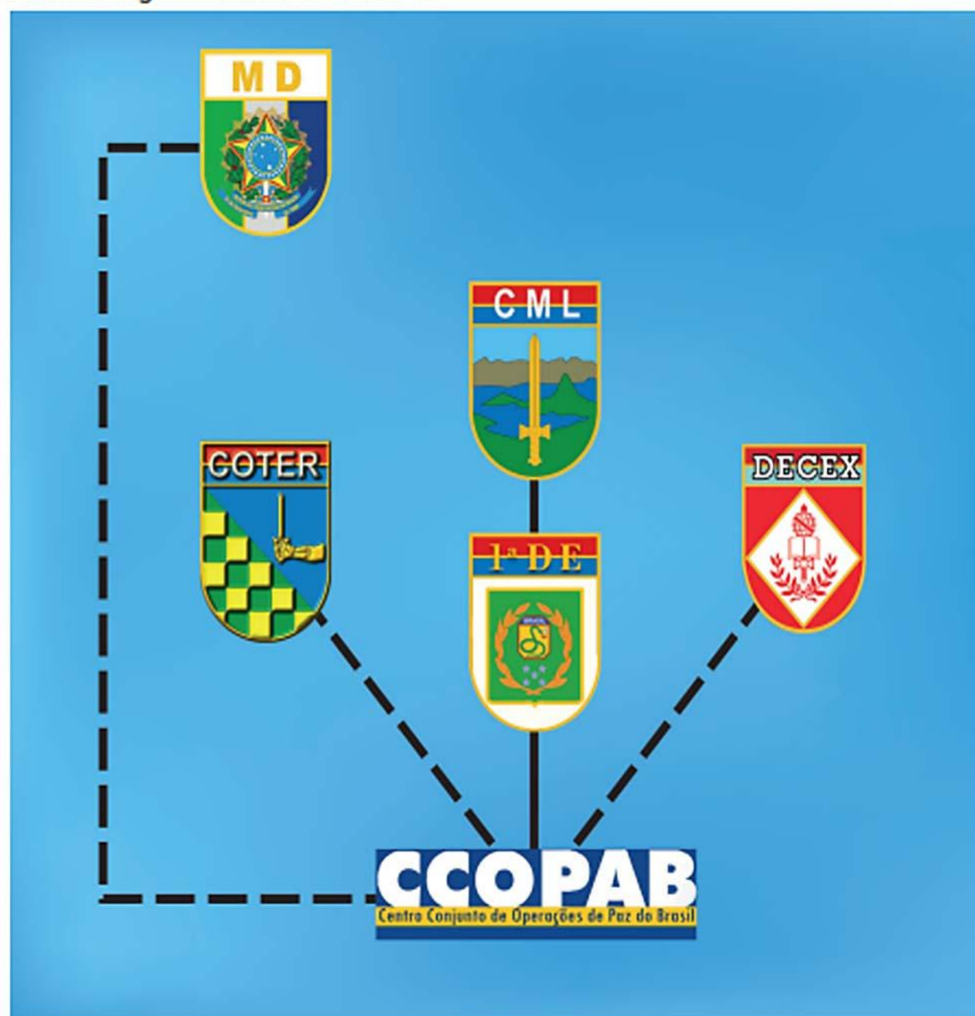
Fonte: Brasil (2013, p. 55).

FIGURA 1: Andrade, pág. 17.

Sublinhe-se ainda que, segundo o site do MD, o Estado brasileiro mantém disponível no Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas, pessoal e meios aptos a integrarem Forças de Paz em elevado nível de aprestamento, e que a ONU certificou em 2025 um Batalhão de Infantaria Mecanizado, uma Companhia de Reação Rápida e uma Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro, juntando-se à Companhia de Reação Rápida de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil certificada em 2022, todas prontas a atender ao chamado da ONU, para apoio a crises em nações coirmãs.

Destaco que fui selecionado no processo seletivo no Estágio de Capacitação Civil para Operações de Paz (ECCOP) para início em 21 julho de 2025, conduzido no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, em parceria com a Rede Brasileira de Pesquisa sobre Operações de Paz (REBRAPAZ), que objetiva capacitar profissionais civis para o desempenho de funções gerenciais, de planejamento e de coordenação, no nível operacional, para atuação conjunta com militares e policiais durante a participação em Operações de Manutenção da Paz/*Peacekeeping Operations* (OMP/PKO) das Nações Unidas, Missões Políticas Especiais/*Special Political Missions* (MPE/SPM) das Nações Unidas e também nas Equipes de País das Nações Unidas/*United Nations Country Teams* (EPNU/UNCT).

Estrutura organizacional do CCOPAB



Fonte: CCOPAB [s.d.].

FIGURA 2: Estrutura Organizacional do CCOPAB (Andrade, pág.15).

Sobre a importância e o papel do Centro Conjunto de Operações de Paz, explica Andrade que:

“Em um nível mais tático-operacional, outra instituição de suma importância para o Brasil, no tocante às questões de operações de paz, é o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). O CCOPAB tem a missão de preparar militares, policiais e civis para operações de paz e atividades de desminagem humanitária.

“Entre as temáticas abordadas em seus cursos, incluem-se conceitos de paz e segurança internacional, questões de gênero, abuso sexual, proteção de civis, proteção de crianças, logística, jornalismo em áreas perigosas, inteligência cultural etc. (Teixeira, 2017).”

Também destaco minha experiência durante a disciplina “Introdução à Engenharia Nuclear”, com o professor doutor Fernando M. Araujo Moreira, realizada no Instituto Militar de Engenharia do Exército Brasileiro, onde pude identificar os riscos radiológicos que todas as Usinas Nucleares geram em casos de ameaças de *safety* e *security*, notadamente a de Zaporizhia e mais de quatro plantas ativas com 15 reatores no total.

Estes reatores podem ser objetivo de ataques, já que o eventual foco de estabilização deve se basear no controle da violência deliberada e grupos disruptivos no âmbito da Ucrânia, sabidamente reduto de extremismo e terrorismo contra a população russa, explica Rizzotti em: *Da Líbia ao Sudão: 10 anos de paralisia no Conselho de Segurança das Nações Unidas*, publicado na Revista da CCOPAB⁵ (2022, pág. 16):

“A estabilização, por sua vez, implica no estabelecimento de uma ordem de modo mais imediato, para sanar focos de violência aberta e controlar grupos disruptivos da autoridade temporariamente instalada (OLIVEIRA, 2020).”

Usinas nucleares na Ucrânia



FIGURA 3 (<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60634445>).

Outro conceito basilar é o da Responsabilidade ao Proteger (*Responsibility while Protecting*, *RwP*), uma proposta da delegação brasileira, ensina Thallis Cruz e Laryssa Barbosa, no artigo intitulado *RwP e R2P: Aprendizados nos 10 anos de Intervenção na Líbia* — também publicado na Revista do CCOPAB (2025, p.31) —, uma evolução da Responsabilidade em Proteger civis (R2P) dividida em: responsabilidade do próprio Estado, da comunidade internacional e desta em agir quando o Estado falha na proteção:

*“O termo *RwP* foi introduzido, de forma inédita, pela delegação brasileira no CSNU, a qual tinha como foco a diplomacia preventiva e a solução pacífica de controvérsias*

⁵ <https://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-ccopab/revista-ccopab-2021-2022/Revista%20CCOPAB%202021-22%20-%20PT-BR.pdf>

tradicionalmente. Para a delegação brasileira o uso da força poderia ser autorizado com a delimitação e especificação pelo CSNU e com a inclusão de dispositivos para fiscalizá-lo, não permitindo, assim, diferentes interpretações.”

Conceito esse seguido do Proteção aos Civis (PoC), com foco na proteção e segurança física do próprio mandato da ONU, civis, policiais e militares envolvidos. Sendo assim a estabilização e o RwP são os principais objetivos da Operação de Paz em que o país poderia contribuir em um eventual cenário pós-conflito na Ucrânia.

Gabriela Rocha Bernardes⁶, em artigo para o Observatório Militar da Praia Vermelha (OMPV), *A arte da paz: aumento das Missões Políticas Especiais e os paradigmas estratégicos que guiam o futuro das operações da ONU*, destaca a evolução das Operações de Manutenção da Paz (OMP):

“Ao longo dos anos, as OMP evoluíram para se tornarem multidimensionais, englobando não apenas a manutenção da paz e da segurança, mas também a facilitação de processos políticos, proteção de civis, desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes, apoio a processos constitucionais (como eleições), proteção e promoção dos direitos humanos, e restauração do Estado de Direito.”

Em paralelo surgem as Missões Políticas Especiais (MPE), com destaque para três vantagens insuperáveis: 1) *“Com seu foco em mediação, diplomacia e construção da paz, por vezes, são mais adequadas para lidar com a complexidade política e social desses cenários”*, explica Bernardes, 2) Tem vantagem econômico-financeira frente à OMP, pois advém do orçamento regular da ONU, e 3) Dispensa o consenso do Conselho de Segurança da ONU, cuja competição geopolítica e econômica entre os EUA e os BRICS+ vem se acentuando e criando obstáculos ao provimento de soluções coletivas.

Outro ponto que merece destaque, conforme explica Bernardes, é o custo global (item 2.2) de cada missão OMP, fiz então o cálculo por cada missão e cheguei ao custo de US\$ 620 milhões de dólares por cada missão atual (em número de nove); já as MPE custam US\$ 19 milhões para as 36 operações em curso.

Quanto à realidade do terreno de operações, o sargento⁷ Marco Antônio de Souza, nome de guerra “Assombroso”, que participou de dois contingentes, 2006 e 2010, explica em sua entrevista para o Canal do Youtube *Fala Glauber Podcast* a realidade em que se deparou o DOPAZ no Haiti exigindo uma abordagem multidimensional, cujas ameaças eram as gangues violentas e com armamento pesado, inclusive metralhadora pesada .50 BMG (12,7 x 99mm OTAN).

Com efeito, a proteção de civis no entorno de infraestruturas críticas em um cenário pós-conflito, exige estudo sistemático antecipado por todos os Estados da Assembleia Geral da ONU que integram o esforço de paz do Conselho de Segurança da ONU em operações militares, considerando, no caso em debate: as usinas nucleares, haja vista

⁶ <https://ompv.eceme.eb.mil.br/dqbrn/desastres-e-mudancas-climaticas/desastres-e-mudancas-climaticas-seminarios/67-missao-de-paz/772-a-arte-da-paz-aumento-das-missoes-politicas-especiais-e-os-paradigmas-estrategicos-que-guam-o-futuro-das-operacoes-da-onu>

⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=jc1-comG9IA>

o potencial efeito radioativo para o país, Europa, África e Ásia, os efeitos ambientais, aquíferos, locais e globais, haja vista a quantidade de reatores em número de 15.

O QUE DIFERE A CULTURA MILITAR BRASILEIRA DE OUTRAS?

Os elementos que compõe a literatura político-estratégica e cultura e doutrina militar brasileira, como dito alhures, deitam raízes na história diplomática brasileira, herdeira de Alexandre de Gusmão e Rio Branco, bem como os esforços da diplomacia militar do Brasil na liderança da Zona de Paz do Atlântico Sul (ZOPACAS), a partir da proposta apresentada na ONU em 1986. A ZOPACAS é composta por 24 países, sendo 21 da África (África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo) e três da América do Sul (Uruguai, Argentina e Brasil), tendo o Brasil assim papel de destaque em iniciativas de grande escol.

Por esta e outras razões de iniciativas pacíficas no âmbito das Nações Unidas e fóruns multilaterais, é que como características únicas da cultura militar brasileira, a busca do exercício da força ou emprego do poder militar apenas e tão somente como *ultima ratio*, ou última razão, isto é, como as Regras de Engajamento, Diplomacia Preventiva⁸, Distensão, conforme Glossário das Forças Armadas, o que nem sempre é realizado por potências em operações de paz, especialmente pela falta de controle e fiscalização de outros países.

Acresça-se ainda que a cultura militar brasileira possui características únicas, moldadas por fatores históricos, geográficos e sociopolíticos, incluindo a gestão em um ambiente de recursos financeiros/humanos escassos, o que estimula a criatividade, inovação e o imprevisto que a distinguem de outras potências tradicionais. Documentos oficiais, como o Manual de Operações Conjuntas (EB20-MC-10.203) do Ministério da Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa (2020), destacam traços singulares na doutrina e na atuação das Forças Armadas do Brasil.

De acordo com⁹ Josias Silva, em sua tese de doutorado para o Programa de Pós Graduação em Ciências Militares da ECEME, *A Proteção de Civis nas Operações de Paz Robustas das Nações Unidas: a Contribuição das Unidades de Operações Especiais*:

“No âmbito da ONU, em fevereiro de 2015 foi lançada a primeira edição do Manual de Forças Especiais das Nações Unidas, que tem como objetivo fornecer aos comandantes e aos seus estados-maiores orientações para o planejamento e a condução de Operações Especiais em ambientes de missões de paz (ONU, 2015a).”

Enquanto países como EUA e Reino Unido priorizam capacidades expedicionárias e intervencionistas, o Brasil desenvolveu um modelo próprio, adaptado a realidades de estabilização, cooperação regional e integração civil-militar.

⁸ p. 91. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf

⁹ <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/11735/1/MO%206653%20-%20JOSIAS%20MARCOS%20DE%20RESENDE%20SILVA.pdf>

Quatro características essenciais definem a singularidade da cultura militar brasileira:

- 1. Flexibilidade** operacional em ambientes complexos, evidenciada em missões como a MINUSTAH (Haiti), onde tropas brasileiras combinaram segurança e ação humanitária;
- 2. Ênfase** na diplomacia militar, com forte atuação em mediação de conflitos e cooperação sul-sul, conforme a Política Nacional de Defesa (PND);
- 3. Adaptabilidade** logística em cenários de escassez, derivada de experiências em operações na Amazônia e em missões de paz com restrições orçamentárias; e
- 4. Integração** civil-militar como pilar doutrinário, com projetos como os Pelotões de Desenvolvimento e Cidadania em áreas remotas.

Esses elementos contrastam com abordagens convencionais de potências ocidentais, que frequentemente privilegiam superioridade tecnológica ou imposição de segurança. O Exército Brasileiro, por exemplo, formalizou no Manual de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)¹⁰ a prioridade à “presença pacificadora” e ao diálogo com comunidades locais.

Essa distinção não apenas reflete uma identidade autóctone, mas também posiciona o Brasil como um ator relevante em operações de paz multilaterais, onde *soft power* e capacidade de adaptação são tão cruciais quanto o poderio bélico, culminando em que a cultura preventiva, diplomática e flexível confere características predominantes a cultura militar brasileira, sem detrimento de outros adjetivos e elementos adicionais e/ou complementares.

QUAIS AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA DOCTRINA BRASILEIRAS DE OPESP?

Tahiane Stochero em *DOPAZ – Suor, Lágrimas e Sangue: A tropa de Elite do Exército Brasileiro que Pacificou a Favela mais Perigosa do Mundo* (2023), destaca o profissionalismo do destacamento enviado na primeira quinzena de dezembro de 2006 pelo 6º contingente brasileiro ao Haiti, sob o comando do coronel Cláudio Barroso Magno Filho e do major André Luiz Pereira da Silva Bodão, em que as operações foram realizadas com zero efeitos colaterais, alta precisão e eficiência e eficácia tática-operacional, como na conquista da Casa Azul, um ponto de inflexão na capacidade dissuasória e tática do destacamento.

O Comando de Operações Especiais (COpEsp)¹¹ é estruturado pelas seguintes unidades subordinadas: 1º Batalhão de Forças Especiais (1º BF Esp), 1º Batalhão de Ações de Comandos (1º BAC), 1º Batalhão de Operações Psicológicas (1º B Op Psc), Batalhão de Apoio às Operações Especiais (Btl Ap Op Esp), Base Administrativa do Comando de Operações Especiais (B Adm COpEsp), Companhia de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (Cia DQBRN) e 6º Pelotão de Polícia do Exército (6º Pel PE), todas localizadas em Goiânia-GO, e, ainda, o Centro de Instrução de Operações

¹⁰ <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/2649>

¹¹ <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/12431/1/TCC%20Cap%20Braz.pdf>

Especiais (CIOpEsp), localizado no Forte Imbuy, Niterói-RJ e a 3ª Companhia de Forças Especiais (3ª Cia F Esp), localizada em Manaus-AM (COPESP, 2022).



FIGURA 4: Visita do Chefe do Estado-Maior do Exército em 2025, general Richard Nunes, ao 1º Batalhão DQBRN (<https://www.coter.eb.mil.br/index.php/noticias-do-coter/3224-visita-do-chefe-do-eme-ao-1-btl-dqbrn-e-a-esie>).

O COpEsp é subordinado ao Comando Militar do Planalto (CMP), estando vinculado para fins de emprego ao Comando de Operações Terrestres (COTER).

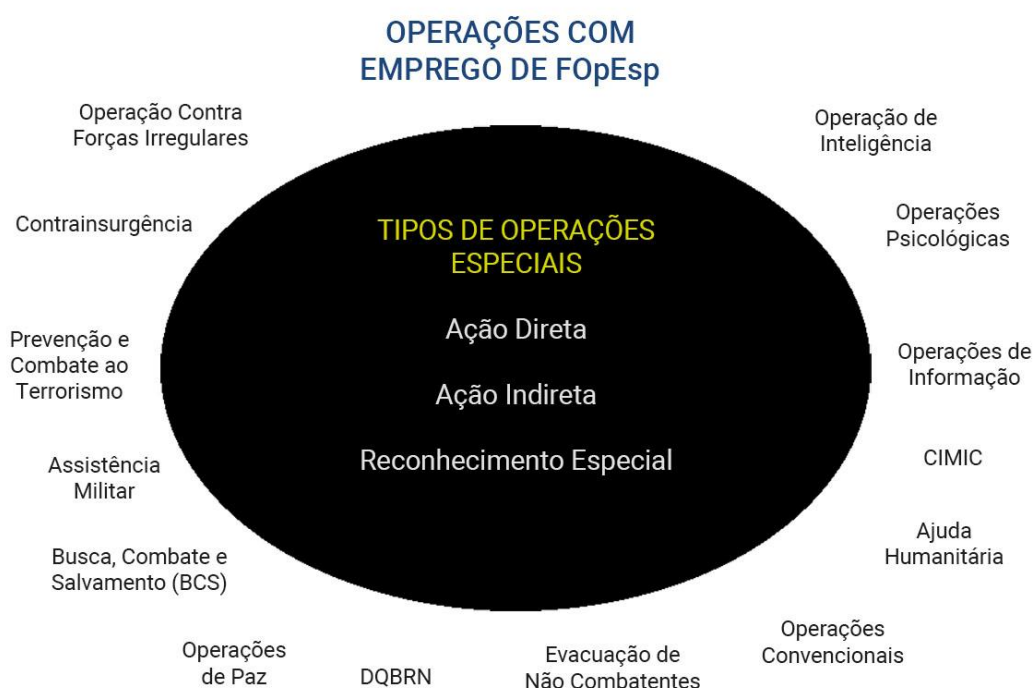
Segundo Guilherme Braz, o COpEsp, para cada missão que lhe é atribuída, identifica as atividades e tarefas a serem cumpridas objetivando a melhor eficácia de suas frações. São elas:

“Planejar e conduzir as operações especiais; organizar e integrar uma força tarefa conjunta, combinada e/ou interagências de operações especiais; planejar e conduzir operações psicológicas; contribuir para a obtenção da consciência situacional; contribuir para a obtenção da superioridade de informações; planejar e conduzir a prevenção e o combate ao terrorismo; planejar e conduzir o apoio ao combate de seus elementos de operações especiais; planejar e conduzir as ações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA), no contexto das operações especiais ou em apoio a outras operações; planejar e conduzir ações de DQBRN; planejar e conduzir as ações de recuperação de pessoal e/ou material em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis (BRASIL, 2019, p. 2-3).”

Já a definição de Forças Especiais, explica:

“Força(s) de Operações Especiais (FOpEsp): são forças destinadas à execução das Operações Especiais — frações de Forças Especiais, Comandos e os seus apoios que possuem habilitações e especializações para operar em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis. As FOpEsp, em termos gerais, podem ser caracterizadas por serem tropas de altíssimo desempenho que realizam missões especiais baseadas em suas capacidades específica (BRASIL, 2019, P. 1-2)”

Assim, definido o que são Forças Especiais, apresentamos agora quais operações são capacitadas a executar, segundo o autor divididos em ações diretas, indiretas e Reconhecimento Especial:



Tipos de Operações (Brasil, 2017, p. 4-8).

FIGURA 5 (Elaboração do Autor).

Voltando a sua aplicação na proteção civil, em tese de doutorado publicada no Programa de Pós Graduação em Ciências Militares (PPGCM) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de Josias Silva¹² sob o título *A Proteção de Civis nas Operações de Paz Robustas das Nações Unidas: a Contribuição das Unidades de Operações Especiais*, a proteção de civis nas Nações Unidas com base na complexidade e na ênfase multidimensional, compreende também o desarmamento dos beligerantes, organização e supervisão de eleições, entrega de ajuda humanitária, onde o Departamento de Operações de Paz da ONU publicou o manual de Proteções Civis em que o foco das ações é a abordagem em três camadas: proteção por meio do processo político; proteção contra violência física e estabelecimento de ambiente seguro.

Sobre a doutrina de operações especiais da ONU, o autor explica que para Visacro: “há compatibilidade no emprego de tropas de Operações Especiais no ambiente dos conflitos contemporâneos devido ao uso de pequenos efetivos altamente treinados, compromisso com a missão, coragem e consciência da necessidade de se evitar danos colaterais à população local.” Informa que a doutrina foi editada em 2015 como orientação para o planejamento e condução das OpEsp em missões de paz, especificamente quando os riscos político-militares são elevados, por meio de ações diretas, multiplicação do poder de combate, reconhecimento especial com técnicas, táticas e procedimento

¹² Guilherme Braz. ESAO. *O Emprego de Vtr Bld L Sr nas Operações Especiais: O Lince no Comando de Operações Especiais do Exército*. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/11735>

(TTP) reduzidos danos colaterais e baixa visibilidade e atributos físicos e psicológicos diferenciados.



Fonte: o autor, adaptado de Silva (2022, p. 54).

FIGURA 6 (Elaboração do Autor, adaptado de Silva (2022, p. 54)).

O autor conclui que o uso de OpEsp projeta um efeito dissuasório e psicológico sobre os grupos hostis, não explorando a plenitude de suas capacidades, mas com foco em vigilância e monitoramento de possíveis ameaças, nas fases de: preempção, resposta, prevenção e consolidação.

Os elementos que diferenciam as OpEsp/FOpEsp são as diversas linhas de ações em planos AB e C, planejados à exaustão, com alvos primário, secundário e terciário, um perfeito gerenciamento de riscos com muita redundância, planos de contingências e grande capacidade de improviso.

É dizer: o traço distintivo dos operadores de FOpEsp é a tolerância à frustração e a capacidade de resistência, isto tanto físico quanto psicológico, algo que não é comum ser encontrado em congêneres de outros países, incluindo potências nucleares.

Logo, o elemento “estabelecimento do ambiente seguro” seria o mais indicado em operações de paz na Ucrânia em um cenário pós-conflito, considerando um cenário hipotético em que o Brasil lideraria uma missão de paz da ONU na Ucrânia pós-conflito, com foco em estabilização e proteção civil (DBQRN) e infraestruturas críticas. Quatro indicadores fictícios são propostos para medir o impacto das Operações Especiais (OpEsp): redução de ataques a civis, planejamento, capacitação e execução de plano proteção usinas nucleares.

A doutrina brasileira de Operações Especiais (OpEsp), formalizada em documentos como o Manual EB70-MC-10.209 – Operações Especiais do Exército Brasileiro (2021) e a Estratégia Militar de Defesa (2022), é marcada por quatro pilares distintos:

1. Adaptabilidade a cenários assimétricos, com ênfase em operações em ambientes complexos como selva e áreas urbanas marginalizadas;

2. Integração civil-militar, priorizando o engajamento comunitário e ações cívico-sociais;

3. Capacidade de atuação autônoma prolongada, com logística enxuta e improvisação criativa; e

4. Multiculturalismo operacional, derivado de experiências em missões de paz multilaterais (ex.: MINUSTAH no Haiti).

Essas características refletem uma abordagem singular, que combina eficiência tática com construção de legitimidade local.

Em contraste, as forças especiais dos EUA (como os Green Berets e Rangers) seguem princípios distintos, conforme os manuais *Field Manual 3-05 (US Army Special Operations)* e *ATP 3-05.1 (Ranger Operations)*:

1. Projeção expedicionária global, com ênfase em inserção rápida e superioridade tecnológica;
2. Foco em contrainsurgência e neutralização de alvos de alto valor, como visto no Afeganistão e Iraque;
3. Treinamento padronizado em doutrinas OTAN, com interoperabilidade prioritária com aliados;
4. Uso intensivo de recursos de inteligência e guerra eletrônica.

Enquanto as forças americanas privilegiam ações ofensivas e dissuasão estratégica, as brasileiras destacam-se em estabilização e cooperação. A diferença central reside na finalidade estratégica: as OpEsp brasileiras são moldadas por missões de garantia da lei e da ordem (GLO) e operações de paz, enquanto as dos EUA respondem a projeção de poder global.

Documentos como o *Manual de Campanha de Operações Conjuntas (MD31-M-10)* reforçam que o Brasil prioriza “presença estabilizadora” e baixo perfil letal, em linha com sua tradição diplomática. Já os manuais americanos (ex.: *JP 3-05 - Joint Special Operations*) enfatizam “ação direta” e “neutralização de ameaças”. Essa distinção faz das OpEsp brasileiras um modelo relevante para cenários pós-conflito, onde *soft power* e adaptabilidade cultural são decisivos.

Assim, o nível de excelência e a experiência brasileira ao longo de sua história em missões de alto risco e sigilo no planejamento e execução autóctone de Operações Especiais diretas (p/ex.: interdição, evacuação de não combatentes, resgate de reféns, captura de alvos, neutralização de lideranças armadas), e indireta (operações psicológicas, atividades de guerra eletrônica, desinformação, ações não convencionais) de baixa visibilidade, organizados, treinados e equipados para atuar em ambientes hostis, negados ou politicamente instáveis, a capacidade de gerenciamento de risco operacional, o emprego judicioso de táticas, técnicas e procedimentos (TTP) na execução de missões, considerando os elementos geografia, política etc., da área de operação, poderia angariar o apoio e a legitimidade para que o país lidere as operações de paz da ONU sob consentimento da Federação Russa.

Rodrigo Azevedo em sua tese de doutorado (2024) para a ECEME, *As Operações Especiais e a Dissuasão: Reflexões na Perspectiva da Defesa*, sobre a Teoria da Dissuasão Perfeita usada para início, escalada e resolução de conflitos, destacando que dentre os tipos de Operações Especiais, encontra-se a ajuda humanitária, operação de paz e defesa DQBRN, bem como sua utilização estratégica, pouco empregada mas de grande valia para o Estado Final Desejado.

Destaca o autor:

“De acordo com Silva (2023), as Operações Especiais também têm um papel dissuasório significativo no contexto das missões robustas da ONU. Nesse ambiente, elas criam um efeito dissuasório substancial sobre grupos armados hostis, particularmente nas fases de antecipação e resposta, desempenhando um papel relevante dentro da estratégia de protection through projection and deterrence para a proteção de civis. Elas geram um ‘efeito psicológico sobre elementos hostis, que passam a se evadir de locais de homizio para evitar o confronto’ (Silva, 2023).”

Isto posto, eventual convite ao Brasil para participar de um cenário pós-conflito na Ucrânia, com entrega de planejamento de alto nível à Federação Russa, decorrente das ações propostas, constituiria uma demonstração de confiança, evidenciando tanto o histórico bem-sucedido em operações passadas como os 13 anos na MINUSTAH quanto a competência técnica em expertise DQBRN para proteção de populações civis nas áreas circunvizinhas a usinas nucleares.

CONCEITO DE ANÁLISE EX ANTE DO TÓPICO: “ANÁLISE DO PROBLEMA”?

Os estudos sobre a Política Pública em Defesa ainda são incipientes na literatura especializada nacional, com destaque para o momento de análise antes dos ciclos de políticas públicas (agenda, formulação, processo decisório, implementação e avaliação), ainda mais os voltados às relações internacionais no âmbito da ONU em Operações de Paz. Portanto, uma análise *ex ante*, ou seja, preliminarmente, é fundamental para se dimensionar o problema, suas causas e consequências, e submeter a política pública ainda enquanto ideia ao crivo da lógica.

A análise *ex ante*, conforme fundamentada por Antônio Lassance¹³, é um instrumento essencial para avaliar potenciais impactos de intervenções antes de sua implementação, com foco na formulação estruturada do problema. Já o *Guia de Avaliação de Políticas Públicas*¹⁴ explica a importância do método da Árvore de Problemas:

A validação das causas principais pode ser desenvolvida com a elaboração de uma árvore de problema (Ortegón, Pacheco e Prieto, 2005). Essa árvore é elaborada pelo formulador da política, contendo:

¹³ <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11399>

¹⁴

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8285/1/Avaliacao de politicas publicas guia pratico de analise %20ex ante.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8285/1/Avaliacao%20de%20politicasspublicasguia%20praticodeanalise%20ex%20ante.pdf)

- O problema central a ser atacado;
- As causas potenciais e o relacionamento entre elas; e
- As consequências.

A árvore de problema é um diagrama em que no plano central está o problema identificado, e no plano inferior, as causas relacionadas (...).

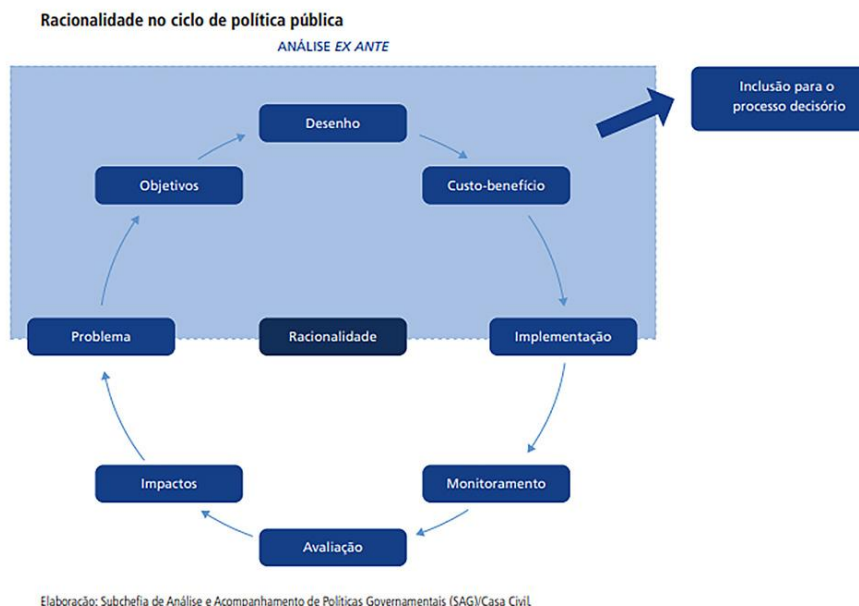


FIGURA 7 (Brasil, IPEA, pág. 18).

No contexto de operações de paz, aplicar essa metodologia à proteção de civis em infraestruturas críticas (como usinas nucleares) exige um mapeamento rigoroso de causas-raízes e consequências.

Por exemplo, a falta de capacitação local para responder a ameaças assimétricas (causa-raiz) pode levar a colapsos na segurança perante ataques a instalações estratégicas, resultando em crises humanitárias e desestabilização regional (consequência). Identificar esse problema principal justifica a intervenção militar preventiva, alinhando-a a objetivos de política pública de segurança internacional. Um segundo elemento crítico na análise *ex ante* é a hierarquização de riscos, que permite priorizar ameaças com maior potencial de dano sistêmico.

No caso de infraestruturas nucleares, a combinação entre vulnerabilidades físicas (ex.: deficiências em barreiras perimétricas) e conflitos políticos locais (causas-raízes) pode desencadear cenários catastróficos, como sabotagem ou uso de material radioativo por grupos armados (consequência) contra civis do entorno da usina nuclear.

Assim, a análise *ex ante* deve iniciar não só como uma possível demanda do Brasil em Operações de Paz na Ucrânia pós-conflito, mas como um acúmulo de expertise inclusive para proteção nacional em hipótese de emprego desta tática por ameaças externas. A análise *ex ante* visa responder a um problema bem delimitado, com maior racionalidade e uso otimizado dos recursos públicos, no caso, de elementos das

OpEsp, de alto valor investido pelo Estado Brasileiro que não pode ser subutilizado, orientando decisões que sejam efetivas, eficazes e eficientes.

MÉTRICAS DE EFICÁCIA EM PROTEÇÃO DE CIVIS NO ENTORNO DE INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS

A eficácia da proteção de civis no entorno de infraestruturas críticas, como usinas nucleares, pode ser medida por seis métricas principais, que devem ser aperfeiçoadas a cada simulação e treinamento:

- 1. Redução** de incidentes de segurança (ataques, invasões ou sabotagens);
- 2. Tempo** de resposta a emergências (radiológicas ou de segurança);
- 3. Nível** de preparação da população local (treinamentos realizados e conhecimento sobre procedimentos de evacuação);
- 4. Integração** entre forças militares e equipes técnicas da usina (comunicação e coordenação em crises);
- 5. Efetividade** das barreiras físicas e sistemas de monitoramento (detecção precoce de ameaças);
- 6. Capacidade** de mitigação de danos em caso de vazamento radiológico (controle de pânico e evacuação segura).

AÇÕES EXCLUSIVAS DE FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS PARA PROTEÇÃO DE CIVIS EM USINAS NUCLEARES

Em uma simulação de cenários, teríamos:

Situação: O Comando de Operações Especiais (COpEsp) do Exército Brasileiro recebeu uma missão crítica designada como “Operação Guardião Nuclear”. O objetivo principal é mapear ameaças e proteger estações nucleares e a população do entorno contra possíveis ataques inimigos.

Fase 1: *Briefing* Inicial

Local: Quartel-General do COpEsp, Brasília-DF

Data: [D-1]

Presentes: Comandante da operação, oficiais de inteligência, especialistas em DQBRN e líderes de equipe.

Com a palavra o senhor Comandante:

“Senhores, temos uma missão de alta prioridade. A Inteligência indica possíveis ameaças a instalações nucleares estratégicas e às comunidades vizinhas. Nossa tarefa é mapear essas ameaças, neutralizar riscos e garantir a segurança nacional. A operação será dividida em três fases: reconhecimento, proteção e resposta rápida.”

Fase 2: Planejamento tático.

Fase 3: Execução da Missão “Guardião Nuclear”. Equipes Alfa, Bravo e Charlie.

Conclusão e relatório de missão.

Para isso as competências e habilidades são em rol exemplificativo:

- Treinamento Especializado em Contenção Radiológica;
- Realização de exercícios táticos com equipes técnicas da usina para responder a vazamentos ou ataques com materiais radioativos, utilizando equipamentos de detecção e descontaminação que apenas forças especiais possuem;
- Operações Clandestinas de Neutralização de Ameaças;
- Infiltração em grupos armados ou células terroristas que planejem ataques à usina, utilizando técnicas de inteligência humana (HUMINT) e ações diretas para eliminar ameaças antes que se materializem;
- Proteção Ativa de Perímetro com Tecnologia Avançada.

Implantação de sensores não convencionais (ex.: drones de reconhecimento, sistemas de escuta remota) e barreiras móveis para detectar e bloquear intrusões em áreas restritas.

Assim, as métricas do entorno de infraestruturas críticas são: Redução de incidentes de segurança (ataque, invasão ou sabotagem); Tempo de resposta a emergências (radiológicas ou de segurança); Nível de preparação da população local (treinamentos realizados e conhecimento sobre procedimentos de evacuação); Integração entre forças militares e equipes técnicas da usina (comunicação e coordenação em crises); Efetividade das barreiras físicas e sistemas de monitoramento (detecção precoce de ameaças); Capacidade de mitigação de danos em caso de vazamento radiológico (controle de pânico e evacuação segura).

Evacuação Tática de Civis em Zonas de Risco: Execução de planos de evacuação em massa sob cenários de contaminação radiológica, com uso de veículos blindados e rotas alternativas conhecidas apenas por unidades especiais.

Simulações de Crises com Equipes de Segurança da Usina: Realização de exercícios conjuntos que integrem procedimentos *safety* (prevenção de acidentes) e *security* (resposta a ataques), testando a interoperabilidade entre militares e civis em cenários de alto risco.

Ações Psicológicas e Engajamento Comunitário: Campanhas de conscientização com a população local para evitar pânico e desinformação, utilizando técnicas de comunicação estratégica e confiança construída por operadores especiais.

Essas ações combinam capacidades únicas de operações especiais (equipamento, treinamento e doutrina) com as necessidades específicas de infraestruturas nucleares, garantindo não apenas a segurança (*security*), mas também a prevenção de acidentes (*safety*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo alcançou seu objetivo em responder como a cultura militar brasileira e sua doutrina de Operações Especiais podem impactar a eficácia de missões futuras de estabilização, com foco em dimensões como proteção de civis (*Protection of Civilians*, PoC) no entorno de infraestruturas críticas (usina nuclear) integradas às proteções *safety* e *security*, que é por meio de sua expertise haurida desde as operações de paz da ONU na MINUSTAH, por 13 anos. Assim, o modelo militar brasileiro destaca-se por sua flexibilidade operacional, diplomacia militar, adaptabilidade logística e integração civil-militar, adaptado a realidades de estabilização, cooperação regional e ações cívico-militares.

A aplicabilidade deste estudo antecipa desafios para missões futuras, subsidiando por meio de uma análise *ex ante*, políticas de defesa e cooperação internacional, impactando a eficácia de Missões Políticas Especiais (MPE) futuras sob o mandato da ONU, com foco na proteção de civis (PoC) em infraestruturas críticas na Ucrânia pós-conflito, sob o consentimento da Federação Russa, à luz dos efeitos potencialmente danosos à população civil e ao meio ambiente, com mais de 15 reatores nucleares, sugerindo indicadores fictícios propostos para medir o impacto das Operações Especiais (OpEsp): redução de ataques a civis, planejamento, capacitação e execução de plano proteção da população do entorno das usinas nucleares.

Em suma, os objetivos gerais foram cumpridos ao: 1) Identificar as métricas de eficácia em proteção de civis (ex.: tempo de resposta, preparação local); 2) Mapear as seis ações exclusivas de OpEsp (ex.: contenção radiológica, evacuação tática); e 3) Demonstrar a originalidade da doutrina autóctone brasileira em comparação com forças ocidentais.

Uma limitação do trabalho identificada é a barreira linguística com ausência de ensino da cultura eslava e idioma russo entre os componentes das Forças Especiais para se comunicarem e interagirem eficientemente com residentes na Ucrânia e da escassez de dados empíricos sobre operações brasileiras em infraestruturas nucleares, já que o país não possui usinas em zonas de conflito. Sugere-se, como estudo futuro, simulações de crise em centrais nucleares fictícias, envolvendo o Comando de Operações Especiais (COpEsp) e agências civis, para testar: A eficácia real das métricas propostas e a interoperabilidade entre OpEsp e protocolos de *safety/security* da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Em suma, a pesquisa validou a hipótese de que a doutrina brasileira oferece vantagens em cenários de estabilização e proteção de civis no entorno de infraestrutura-crítica Usina Nuclear, especialmente onde diplomacia militar e baixo perfil letal são críticos. No entanto, a aplicação prática em ambientes radiológicos exige testes adicionais, abrindo caminho para novas investigações sobre operações conjuntas em infraestruturas de alto risco, caso a oportunidade apareça o Brasil está preparado para responder à altura contribuindo para a Segurança Internacional.

***Carlos A. Klomfahs** é advogado especialista em Direito Internacional dos Conflitos Armados e operador de Inteligência. Egresso curso de geopolítica da ECEME e estratégia marítima da Escola de Guerra Naval. É mestrando no Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) da Escola Superior de Guerra.
